


Repercussões e limites do PRONATEC para o desenvolvimento de um município do Vale São-Franciscano da Bahia

Érico José dos Santosⁱ 

Prefeitura Municipal de Itabuna, Itabuna, BA, Brasil

Paulo Braz Juniorⁱⁱ 

Prefeitura Municipal de Glória, Glória, BA, Brasil

Cândida Maria Santos Daltro Alvesⁱⁱⁱ 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil

Jaênes Miranda Alves^{iv} 

Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil

1

Resumo

O texto aborda a inter-relação que existe entre o curso Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e o possível desenvolvimento econômico e social em um município do Vale São-Francisco na Bahia do Território de Identidade Itaparica/Bahia, considerando o cenário contemporâneo educacional influenciado por Cúpulas Internacionais na construção de uma nova agenda para educação. Como percurso metodológico, optou-se por pesquisa qualitativa, com o uso de registros, pesquisas bibliográficas e análise documental. Pode-se concluir uma aparente contradição na política pública de formação profissional no contexto estudado, a pesquisa apontou a garantia da melhoria da qualificação da mão de obra, contudo, indica que não existiu ampliação das oportunidades de inserção desses profissionais, concludintes, no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Política Pública. Educação profissional. Nova Gestão Pública.

Repercussions and limitations of PRONATEC for development of a city from the São Francisco valley in Bahia

Abstract

The text addresses existent interrelationship between the National Program for Access to Technical Education and Employment (Pronatec), and the possible economic and social development in a city from the São Francisco valley belonging to the identity territory of Itaparica/Bahia, in view of the contemporary educational setting, influenced by International Summits concerning the development of a new educational agenda. One can conclude there is an apparent conflict in public policy for professional education within the context studied; the survey indicated an improvement guarantee in work force qualification, however, indicated that there was no insertion opportunities expansion for those professional graduates in the labor market.

Keywords: Public Policy. Professional education. New Public Management.

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir as estratégias de implantação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), avaliar o

caráter econômico e social do curso realizado pelo programa e qual importância e impacto para um município do Vale São Francisco na Bahia, enquanto política pública educacional impetrada na Educação Básica, que se insere na narrativa de reorganização do capitalismo baseado em pressupostos neoliberais.

Até muito recentemente, de um modo geral, havia um esvaziamento dos estudos sobre políticas públicas. Apesar de se configurar como um dos temas mais marcantes do debate educacional brasileiro. Tais investigações, de acordo com Azevedo (2004), passaram a ter centralidade a partir da década de 1980, vinculadas, sobretudo, à Ciência Política e à Sociologia.

Embora reconheçamos que existem, certamente, algumas limitações e obstáculos à instauração e implantação de uma política, destacamos que nos últimos anos, a pesquisa sobre políticas públicas educacionais vem se expandindo de forma expressiva. Desse modo, o Pronatec se insere nas discussões do campo da política de educação profissional no Brasil, uma vez que o mesmo configura como modalidade da Educação Básica.

Vale ressaltar, que temos uma sustentação, com base em orientação legal, no campo da política de educação profissional. As diretrizes que alicerçam e resguardam tais princípios se inserem nas expressões da Constituição Federal/88, marco do processo de redemocratização do país e de reorganização do sistema educacional; na Lei complementar da educação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, que prevê a formação técnica e profissional como parte do ensino médio; no Plano Nacional de Educação para o decênio 2014/2024, instituído pela Lei nº 13.005/2014, delineou orientações das políticas públicas para a área de educação para o próximo decênio; no Decreto Federal nº 5151/04, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.

Em termos metodológicos, o *corpus* da pesquisa foi composto por dados coletados nos documentos legais e bibliográficos que teve como objeto a análise de conteúdo da política pública e da educação profissional. O artigo está estruturado em duas sessões. A primeira problematiza o papel das Organizações Internacionais (OI) como influenciadoras na construção de uma nova agenda para educação. A segunda

apresenta uma breve discussão sobre a relação entre poder local, interesses neodesenvolvimentistas e política educacional, uma vez que nos concentraremos especificamente no Curso Técnico em Criador de Peixes em Tanques-rede Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), ofertado pela Rede Estadual de Ensino, Bahia, através do Núcleo Territorial de Educação (NTE 24), obedecendo aos critérios estabelecidos pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC).

A partir dos resultados dos estudos, pretende-se discutir a eficácia da inserção de jovens profissionais no mercado de trabalho pelo curso do Pronatec, com vistas à melhoria da qualidade da mão de obra local, bem como, estabelecer princípios de dinamização deste mercado, de empresas privadas que atuam no município, avaliando assim a política pública implementada.

A importância desta pesquisa reside também no fato de compreender como as políticas são colocadas em ação em condições materiais, com recursos variados em relação a determinados problemas. Procurando compreender como os processos, em cada realidade engendram um determinado padrão, assim, a análise do Pronatec, se justifica, por estabelecer normas para a cooperação técnica e financeira para a implantação de um quadro de atuações políticas local considerando um conjunto de condições objetivas em relação a dinâmicas interpretativas subjetivas.

Tais questões apontam para a seguinte problemática: como a política de educação profissional, com base em orientação legal, articula-se a processos de gerenciamento dos sistemas pautados em contextos da Nova Gestão Pública, adequando a educação às necessidades da economia?

2 Organizações multilaterais, estado e políticas de educação profissionalizante

A tríade que fundamenta o pensamento de Locke (razão, trabalho e propriedade) é imperativa para a solidez ideológica do pensamento liberal. É importante assinalar que este processo foi viabilizador dos conceitos liberais de igualdade e liberdade de oportunidades. No cerne dessas perspectivas nos deparamos com a (re)estruturação das qualidades distintivas fundamentais do Estado

- divisível, revogável e democrático. Por sua vez, essa noção remete a outro aspecto fundamental do Estado, o de propositor de políticas sociais, que são políticas públicas destinadas ao bem-estar geral da população.

Entender o Estado exclusivamente como um agente na luta de classes afasta o foco de outras variantes importantes da ação social (TORRES, 1994). Uma análise aligeirada implica em riscos de compreensões equivocadas, como bem coloca Azevedo (2004) ao destacar as contradições e dificuldades da teoria liberal moderno da cidadania, apregoando que este processo foi viabilizado por múltiplas orientações econômicas e políticas que incidiram sobre a composição das classes sociais e sobre os modos de explicitações dos conflitos entre o capital e o trabalho.

Ademais, a discussão sobre a teoria do Estado tem importância fundamental para educação. Por certo, o contexto educacional contemporâneo não está imune ao modo de produção capitalista, responsável pela globalização dos processos produtivos, mas também com a globalização da produção cultural e científica.

Acreditamos, juntamente com Sales, Stascxak e Lima (2021), que conjunturas como essa expressa a preocupação com os meios de alienação que convergem para o apassivamento do comportamento dos oprimidos e não estão comprometidos, portanto, com um projeto de emancipação que contemple a coletividade.

A reorganização do capitalismo e os pressupostos neoliberais estabeleceram novas exigências, novas ações e novo discurso ao setor educacional. No limiar das discussões, a política da educação encontra-se ancorada pela doutrinação do liberalismo, preconizando a minimização do Estado, com plena liberação das forças de mercado. Essa nova configuração estrutural da economia, impõe uma agenda de exigência imposta pelo sistema produtivo ao setor educacional.

Oliveira *apud* Bispo (2015), nas duas últimas décadas, dado, dentre outros fatores, os altos níveis de desigualdade, afirma que os países latino-americanos em geral, e especialmente o Brasil, têm vivido momentos de reformas ao nível do Estado que trouxe um novo desenho para as políticas educacionais.

Ao se referir ao papel das OI como influenciadoras na construção de uma nova agenda para educação, autoras como Oliveira (2020); Saraiva e Souza (2020) têm discutido o desempenho crucial da Organização para a Cooperação e

Desenvolvimento Econômico (OCDE) na circulação de políticas, fornecendo dados e indicadores de comparações e classificações. De acordo com as autoras, os novos modos de gerenciamento dos sistemas escolares se inserem no contexto da Nova Gestão Pública (NGP)¹, determinando outras formas de regulação da educação baseadas em políticas de prestação de contas (política de responsabilização).

5 Ao adequar a escola às necessidades da economia, agências internacionais têm orientado mudanças na organização dos sistemas educativos nacionais, definindo agendas que indicam a educação como um objeto que carece de reformas, formulando recomendações sobre políticas para países que tem como propósito alcançar melhores resultados. Como observa Saraiva e Souza (2020, p.131-132):

Dentre essas organizações, destacam-se o Banco Mundial, que passou a atuar mais fortemente na América Latina e Caribe desde a ascensão de governos neoliberais nos anos de 1980 e 1990, provocando reformas educativas como condicionalidade de empréstimos oferecidos aos países da região; a Organização Mundial do Comércio, que, ao incluir, no início dos anos 2000, a educação na lista de serviços internacionalmente negociáveis, forjou uma discussão sobre a educação na perspectiva de commodities e não como direito do cidadão; a OCDE, que sobretudo a partir dos anos de 1990 tem direcionado esforços específicos para a educação, tendo em vista o papel deste campo para o crescimento econômico; e a Unesco, que desde sua fundação (1945) infere sobre a educação como direito na perspectiva da qualidade de vida para todos os cidadãos, mas que desde fins do século XX tem promovido um discurso de qualidade de resultados em detrimento da qualidade de processos de aprendizagem, com efeitos também sobre a formação e a profissão docentes.

Esta mesma posição é defendida por Oliveira (2020, p. 88):

A OCDE tem desempenhado papel crucial nessa circulação de política, sobretudo pelo caráter pragmático no sentido acima apontado, fornecendo dados e indicadores que permitem comparações e classificações. Por meio do desenvolvimento de estudos e pesquisas, a OCDE tem produzido e acumulado um vasto conhecimento sobre a educação no mundo e por países e regiões específicas (POPKEWITZ e LINDBLAD, 2016; CARVALHO, 2016; GREK, 2016). Os instrumentos produzidos pela OCDE têm se consolidado como importante fonte de informação e, ao mesmo tempo, referência para os países orientarem suas políticas de educação em âmbito nacional.

¹ Propostos nas décadas de 1980 e de 1990.

Para referir a esse movimento de circulação ou mobilidade das políticas em âmbito mundial, a autora, recorre à expressão ‘políticas itinerantes’. Dentro da conjuntura que permite a difusão de políticas que vincula naturalmente a política doméstica à internacional, a OCDE é apontada como referência, pela centralidade que assume na agenda educacional, representando um papel de fundamental importância na difusão da teoria do capital humano que conecta a aprendizagem diretamente aos resultados do mercado de trabalho e ao capital humano.

6

Na visão da autora, os Estados reformados pela Nova Gestão Pública (NGP), com ênfase na inter-relação de circunstâncias dos países latino-americanos, procuram constantemente refazer o contrato com a sociedade, por meio de parcerias público-privadas. Nesse contexto liberal, autorregulado e de interesses difusos, altera significativamente o ato de ensinar e a subjetividade do professor, interferindo significativamente na construção de novas identidades docentes e nas suas relações profissionais (IBIDEM, p.97-98).

3 O Pronatec como expressão da melhoria da formação de mão de obra qualificada

O crescimento da economia em pequenos municípios muitas vezes está relacionado a instalações de empreendimentos e grandes empresas. Com isso está associado o aumento dos empregos diretos e indiretos gerados na região. Os impostos arrecadados pelas empresas e fornecedores que se instalam nas proximidades dos empreendimentos são refletidos diretamente na economia da cidade, como no comércio, e serviços em geral.

No Vale São Francisco, Território de Identidade Itaparica, do Estado da Bahia, um município vem se destacando nesses últimos anos com a produção de tilápia, que em 2015, a produção estimada foi de 8.466 toneladas, segundo dados do IBGE (2016). Já no ano de 2017, a produção no município chegou à marca de 16.924 toneladas, sendo considerada o maior produtor de tilápia do Brasil (BARROSO, 2017). Essa atividade contou com 30 empreendimentos no ano de 2020, e gerou mais de

300 empregos diretos e indiretos, segundo dados da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Departamento de Aquicultura e Pesca (2020).

A trajetória econômica da piscicultura no município perpassa por problemas relacionados às questões ambientais e mortalidades dos peixes associadas ao manejo das comportas das usinas hidrelétricas, muitos produtores saíram de Paulo Afonso, cidade pioneira na produção de tilápias, para cidades a montante do reservatório de Xingó, onde ocasionou grande número de empreendimentos nos reservatórios de Moxotó e Itaparica (CARVALHO-FILHO, 2007).

A principal atividade econômica do município é a agropecuária, com destaque para a aquicultura, reconhecida em nível nacional já que o município foi considerado em 2017 o maior produtor nacional de Tilápia, com uma produção estimada de 17 mil toneladas/ano (TENÓRIO et.al, 2017). Destaca-se também a criação de caprinos, ovinos e de aves de postura; agricultura irrigada de melancia, banana, maracujá, goiaba e produção de capim para feno; culturas de sequeiro, principalmente milho e feijão; além da pesca artesanal.

Em 2011 foi criado pela Lei nº 12.513/11 (BRASIL, 2011) o Pronatec, com a finalidade de expandir a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas projetos e ações de assistência técnica e financeira. Se trata de um programa proposto pelo MEC, pertencente à Política de Educação Profissional Técnica de nível médio, ao problematizar um dos pressupostos deste programa, de que a qualificação pretendida implicaria na melhoria da qualidade do Ensino Médio Público. Esse programa visava à inclusão produtiva dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004, e estabeleceu uma das frentes de ação do Plano Brasil sem Miséria.

São objetivos do programa:

- I. Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II. fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica;
- III. contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional;
- IV. ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional;
- V. estimular a difusão de

recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2012).

8

Nesse contexto, fora ofertado o curso de Criador de Peixes em Tanques-Rede para os municípios do território de Itaparica, executado pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia com o apoio da Bahia Pesca, fruto de uma parceria entre o Governo Federal e o Governo do Estado da Bahia através do Pronatec. A Lei N° 12.513, de 26 de outubro de 2011, prevê que o programa atenderá prioritariamente os trabalhadores a que se refere o inciso II, § 1º, incluem-se os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores.

Em conformidade com a Portaria CD/FNDE n° 04 de 16 de março de 2012 do Pronatec, as inscrições foram realizadas de forma eletrônica no portal da Secretaria e presencial, onde logo após foi realizado sorteios nas unidades de ensino, regulando o ingresso dos estudantes, jovens com idade entre 15 e 29 anos, com prioridade de capacitar filhos de pequenos produtores, pescadores artesanais, homens e mulheres que estavam desempregados, ou seja, de famílias de baixa renda, que não tinham concluído o ensino fundamental ou médio. Conseqüentemente, trazendo ao município a profissionalização tecnológica dos jovens na piscicultura em tanques-rede, um setor que mais gerava emprego e renda no município.

Desse modo, verifica-se que a política nacional de profissionalização não conseguiu, como diria Pinto (2021) equacionar a existência de velhas distinções sociais e antigos preconceitos disseminados e impregnados na mentalidade da sociedade brasileira. Portanto,

Entre esses preconceitos havia, de acordo com Anísio Teixeira, o que vinculava a educação profissional técnica às classes sociais mais baixas, pois, tratava-se de um ramo do ensino médio que seria voltado àqueles indivíduos que, por suas origens sociais e condições econômicas, precisariam no mais breve período de tempo abandonar o ambiente escolar para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, contribuir para a subsistência de suas famílias (PINTO, 2021, p. 4-5).

Com turmas formadas por 25 alunos, ao final do curso o estudante egresso do curso de piscicultura com ênfase em tanques-rede deveria desenvolver competências e habilidades relacionadas à produção racional de peixes em gaiolas,

abrangendo ações de prospecção, avaliação técnica e econômica, planejamento, extração, cultivo e produção referente aos recursos naturais.

Instrumento de política de desenvolvimento regional, a escolha do curso se justifica pelas tendências atuais do mercado, a fim de buscar soluções para melhorar o cenário econômico local, acompanhando o exponencial crescimento da aquicultura no município e associada ao discurso da qualificação da mão de obra, melhoria de renda e da produtividade.

Feres (2015, p. 88), destaca que:

A articulação entre os parceiros demandantes em âmbito nacional, estadual e municipal e as instituições de ensino no planejamento conjunto da oferta em função da demanda por formação profissional, constitui o processo de pactuação de vagas da Bolsa-Formação. Com esse processo, o Pronatec rompeu com a antiga lógica “ofertista”, por meio da qual as vagas e cursos eram definidos em função dos interesses das instituições de ensino responsáveis pela oferta dos cursos. A partir da pactuação foi priorizado o atendimento das demandas do setor produtivo e do perfil dos públicos prioritários nos diversos municípios e regiões do País.

Para o autor o processo de redefinição da pactuação de vagas assume novos contornos, vinculando à oferta dos cursos a articulação entre os parceiros demandantes em âmbito nacional, estadual e municipal e as instituições de ensino no planejamento conjunto da oferta em função da demanda por formação profissional para atender os interesses e características regionalizadas.

Para transformar em realidade o discurso da qualificação profissional, a fim de obter uma melhoria significativa no setor, o guia Pronatec de cursos FIC (BRASIL, 2016), expressa que os estudantes, ao final do curso ofertado para a capacitação dos trabalhadores em aquicultura, devem estar aptos a: criar peixes em tanques-rede; realizar manejos, classificação e despesca dos peixes; confeccionar tanques-rede; calcular e fornecer alimentação de acordo com a fase de cultivo; auxiliar na captura dos peixes; monitorar os parâmetros físicos e químicos da água; operar e auxiliar na manutenção dos equipamentos no manejo do cultivo de peixes em tanques-rede, como barcos e balsas; atender a legislação vigente; adotar atitude ética no trabalho e no convívio social, compreendendo os processos de socialização humana em âmbito coletivo, percebendo-se como agente social que intervém na realidade.

Por ser um processo construtivo com características artesanais, possuindo como entradas uma grande quantidade de recursos diferenciados, a composição da matriz curricular do curso transversaliza conteúdos (Quadro 1): ambiental, científico, administração e jurídico.

Quadro 1 - Matriz Curricular do curso para a capacitação dos trabalhadores em aquicultura, pelo Pronatec

Componente Curricular (Módulo)	C/H – Horas	C/H – Aulas
Piscicultura e a preservação do Rio São Francisco	2	20
Estruturas, equipamentos e implantação dos tanques-rede	4	50
Manejo geral dos sistemas de criações de peixes em tanques-rede	4	40
Peixes nativos do Rio São Francisco e espécies exóticas	4	30
Empreendedorismo, associativismo e cooperativismo	3	30
Legislação aplicada na aquicultura em águas da união e a responsabilidade trabalhista	3	30
Carga horária total do curso	20	200

Fonte: Plano de curso, Bahia, 2019.

Dentro desta concepção, a estrutura da educação profissional, permitiu ao aluno ingressante no curso a aquisição, através dos itinerários formativos, da capacidade de se exercitar teórica e tecnicamente, agindo segundo as exigências próprias no campo da aquicultura e pesca. Desse modo, a avaliação do estudante funcionará como instrumento do monitoramento e comprovação da aprendizagem, se dará de maneira processual e contínua, levando principalmente em consideração a frequência no curso e realização de atividades teóricas e práticas.

O único critério da certificação foi a frequência, sendo obrigatório que o aluno tenha no mínimo 75% da carga horária total do curso. No entanto, o processo de avaliação deverá levar em consideração a sobreposição dos aspectos qualitativos aos quantitativos (LDB, n. 9.394, Art. 24, 1996). Conforme orienta a Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica (SUPROT) em Orientações e Diretrizes Pedagógicas e Curriculares da Educação Profissional e Tecnológica da Rede

Estadual de Educação da Bahia (DIROPE, 2018), “O processo de avaliação dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão” e deve partir dos seguintes pressupostos:

- avaliação da aprendizagem tem como função identificar os avanços e diagnosticar as possíveis dificuldades encontradas pelo estudante ao longo do processo formativo;
- os resultados da avaliação subsidiam a análise e devem servir para orientar e promover continuamente a aprendizagem do estudante.

Quanto às atividades avaliativas, o professor poderá optar por aplicar trabalhos envolvendo pesquisa individual ou em grupo, testes e provas (orais ou escritas), seminários, simulações, resolução de exercícios, trabalhos práticos, relatório, dentre outros.

4 Considerações Finais

A piscicultura tem uma grande importância no processo de crescimento e desenvolvimento da economia no Vale São Francisco da Bahia, isto é muito evidente quando se trata de municípios pequenos, nota-se que grande parte da mão de obra utilizada nos empreendimentos são de pessoas que vivem na redondeza, e isso tem muita influência no crescimento da economia do município.

Considerando o objetivo deste artigo que foi discutir e avaliar o impacto e a importância de se ter um curso voltado para a maior atividade econômica local do município, onde se possa ter noção dos efeitos que trará para melhor qualificação da mão de obra local, os resultados obtidos nesta pesquisa, indicaram que o interesse pela qualificação profissional dos trabalhadores atuantes neste setor vem aumentando, seja para melhoria da renda ou de sua produtividade, eles buscam cada dia mais aperfeiçoar seus conhecimentos na área.

Apesar do número crescente observado na pesquisa, em que a grande maioria está disposta a frequentar uma qualificação profissional, os dados apontam que em 2019, no município, em estudo, contemplado com uma turma de 25 alunos, do curso Criador de Peixes Tanques-rede, apenas 19 participantes se configuraram

como concluintes, dentre os quais, apenas um conseguiu entrar no mercado de trabalho. Dessa forma, podemos afirmar que o objetivo do curso do Pronatec, que era inserir e profissionalizar jovens para melhoria da qualidade da mão de obra local e atendimento ao mercado local, não teve muita eficiência.

12 Acreditamos que a investigação abra perspectivas para pesquisas adicionais, no que tange a aprofundar a distância entre a política de formação técnico profissional e a inserção no mercado da classe trabalhadora, apresentando como objeto de estudo a democratização do conhecimento em interface ocorridas com o mundo do trabalho.

Por fim, conclui-se que, por um lado, o Pronatec possibilitou a formação da força de trabalho, por outro, não obteve êxito na captação de novos postos de trabalho. Do ponto de vista de melhoria da qualificação da mão de obra o curso obteve resultados satisfatórios, muito embora, a política pública de formação profissional não apresentou estratégias de inserção dos concluintes no mercado de trabalho ampliando as oportunidades desses profissionais. Não há garantia de vagas de empregos, percebe-se que faltam incentivos de empresas privadas que atuam no município, onde os próprios seriam beneficiados com jovens qualificados.

Referências

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. – (coleção polêmicas do nosso tempo; vol. 56)

BAHIA. Dieese. **Territórios de Identidade**, 2010. Disponível em: <https://geo.dieese.org.br/bahia/territorios.php>. Acesso em: 29 jan. 2021.

BAHIA. **Plano de curso**. Superintendência da Educação Profissional e Tecnológica – SUPROT. Bahia, 2019. Arquivo Digital.

BARROSO, R. M. (Org.). **Diagnóstico da cadeia de valor da tilapicultura no Brasil**. Palmas: Embrapa Pesca e Aquicultura. Série Documentos Embrapa, no prelo, 2017.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.394, de 1996**. Regulamenta as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **O que é o PRONATEC**. Brasília: 2012b. Disponível em: <http://PRONATECportal.mec.gov.br/PRONATEC.html>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Operação do Sistec**. Brasília: 2012. Disponível em: http://sitesistec.mec.gov.br/images/arquivos/pdf/manual_operacao_sistec_bf.pdf. Acesso em: 30 jan. 2021.

13

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394/96. **Senado Federal**. Subsecretaria de Informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 28 jan. 2021.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) [...] e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **População estimada: IBGE**. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020.

BISPO, Fabiana Carvalho da Silva. **Formação Profissional e cidadania: a contribuição do PRONATEC**. XII Simpósio de Excelência em Gestão Tecnológica. 2015.

CARVALHO-FILHO, J. (2007). Piscicultores do São Francisco amargam novo prejuízo com mortalidades de tilápias. **Revista Panorama da Aqüicultura**, 17(99): 65. Disponível em: <https://panoramadaaquicultura.com.br/piscicultores-do-sao-francisco-amargam-novo-prejuizo-com-mortalidades-de-tilapias/>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Diagnóstico da cadeia de valor da tilapicultura no Brasil**. Brasília-DF, 2017, 181 p.

FERES, Marcelo Machado. A contribuição do Pronatec para a expansão da

educação profissional brasileira. In: **Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras.** – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

GLÓRIA. **Censo Aquícola Municipal.** Glória - BA, 2020. Arquivo Digital.

LOCKE, John. **Locke – vida e obra.** Tradução de Anoar Aiex e E. Jacy Monteiro. 3 ed. São Paulo, SP: Abril Cultural.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas Itinerantes de Educação e a Reestruturação da Profissão Docente: o papel das cúpulas da OCDE e sua recepção no contexto brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 85-107, jan./abr. 2020.

Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol20iss1articles/oliveira.html>. Acesso em: 28 jan. 2021.

PINTO, Jorge Eschriqui Vieira. O pensamento de Anísio Teixeira e a formação integral na educação profissional técnica no Brasil. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4581> Acesso em: 28 jan. 2021.

SALES, Maria Julieta Fai Serpa e; STASCXAK, Francinalda Machado; LIMA, Maria Socorro Lucena. O legado de Paulo Freire: reflexões sobre sua vida e suas principais obras no horizonte da prática docente. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4684> Acesso em: 30 jan. 2021.

SARAIVA, Ana M. Alves; SOUZA, Juliana de F. A Formação Docente e as Organizações Internacionais: uma agenda focada na performatividade dos professores e na eficácia escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 20, n. 1, p. 129-147, jan./abr. 2020. Disponível em: <http://www.aesufope.com.br/PDF/saraiva-souza.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SILVA, Lidiane Rodrigues Campelo da. Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente. **IX Congresso Nacional de Educação EDUCERE.** II Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro de 2009- PUCPR.

TENÓRIO, Ruy Albuquerque. *et.al.* Indicadores Socioeconômicos da Tilapicultura no Município de Glória, Bahia, Brasil, **XX CONBEP - Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca.** Florianópolis, Santa Catarina, 2017.

TORRES, Carlos Alberto. Estado, privatização e política educacional: elementos pra uma crítica do neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública.** Curitiba: CRV, 2016.

ⁱ **Érico José dos Santos**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-2506>

Secretaria Municipal de Educação de Itabuna-BA

Doutorando em Educação (UNEB). Mestre em Educação (UESC). Professor da Educação Básica, atuando como Gestor Escolar na Secretaria Municipal de Educação de Itabuna/BA. Integra os Grupos de Estudos e Pesquisas CNPq PPeGE/UESC e Rede de Pesquisa/UESB.

Contribuição de autoria: contribuição com a fundamentação teórica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2161272537645519>

E-mail: ejsjp@hotmail.com

ⁱⁱ **Paulo Braz Junior**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5800-2901>

Prefeitura Municipal de Glória-BA

Bacharel em Engenharia de Pesca pela UNEB. Engenheiro de Pesca/ Segundo Oficial de Náutica; Coordenador de Aquicultura e Pesca da Prefeitura de Glória- BA; Especializando em Políticas Públicas Para Educação (FACEI).

Contribuição de autoria: Levantamento e organização dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6259824983487179>

E-mail: paulinho299@hotmail.com

ⁱⁱⁱ **Cândida Maria Santos Daltro Alves**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3727-7623>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Doutora em Educação pela UNICAMP. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), onde é docente do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UESC). Integra os Grupo de Estudos e Pesquisas CNPq PPeGE/UESC e Rede de Pesquisa/UESB.

Contribuição de autoria: Organização dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5646702870400508>

E-mail: candida_alves@yahoo.com.br

^{iv} **Jaênes Miranda Alves**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1505-9905>

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)

Pós-doutor em Economia Ecológica no Instituto de Economia da Unicamp. Doutor em Economia Aplicada (USP). Engenheiro Agrônomo (UFBA) e Professor do Departamento de Ciências Exatas e Tecnológicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Contribuição de autoria: Análise dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0521113309452505>

E-mail: jaenesmiranda@yahoo.com.br

Editora responsável: Karla Colares Vasconcelos

Como citar este artigo (ABNT):

SANTOS, Érico José dos; et al. Repercussões e limites do PRONATEC para desenvolvimento de um município do Vale São-Franciscano da Bahia. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 2, n. 2, 2021.